

Editorial

Em fevereiro o Grupo PET – Geografia FAED/UDESC retomou as atividades habituais. Nas primeiras reuniões foram solucionadas as últimas pendências de 2011 e discutidos detalhes de alguns dos projetos para esse ano. Durante o mês o grupo fará uma capacitação com os bolsistas recém chegados e finalizará o planejamento de 2012. Esse será um ano voltado para pesquisa e aprofundamento teórico do grupo, já iniciado com a apresentação da dissertação em História de André Martinello, ex-aluno da UDESC e colaborador do PET– Geografia FAED/UDESC. Desejamos à todos/as um excelente retorno às atividades à todos/as e uma ótima leitura.

<b><u>PetGeo FAED/UDESC</u></b>
<b>Expediente:</b>
<u>Bolsistas:</u> Ana Paula Esnidei Pereira, Carolina Datria Schulze, Jéssica Gerente, João Daniel Barbosa Martins, Laura Dias Prestes, Leonardo Lenzi Barboza, Marcela Gonçalves Werutsky, Maria Carolina Soares, Michelle Martins de Oliveira, Morgana Giovanella de Farias e Raphael Meira Knabben, Rudney da Silva.
<u>Tutora:</u> Vera Lúcia Nehls Dias.
<u>Edição:</u> Maria Carolina Soares
<u>Revisão:</u> Grupo PET-Geografia FAED/UDESC
<u>Impresso</u> pelo Grupo PET-Geografia FAED/UDESC, em tamanho A4, fontes Arial e Times New Roman.
<b>Sugestões, reclamações, convites, opiniões:</b> <a href="mailto:petgeo.udesc@gmail.com">petgeo.udesc@gmail.com</a>

Grupo PET-Geografia FAED/UDESC

**Nessa edição:**

**Página**

Artigo 1: O Orçamento Participativo e a questão da habitação em Porto Alegre.....	02
Artigo 2: Ensino da Geografia: qual sua contribuição para a vida?.....	10
Relato Marcela Intercâmbio.....	13
PET-Indica .....	14
Eventos.....	15

## **Artigo 1:**

### **O Orçamento Participativo e a questão da habitação em Porto Alegre**

Marcela Gonçalves Werutsky<sup>1</sup>

#### **Resumo**

Este ensaio tem como objetivo fazer uma análise da forma como os investimentos do Orçamento Participativo (OP) impactaram na questão habitacional na cidade de Porto Alegre nos últimos anos. Através do Orçamento Participativo os porto alegrenses passaram a participar das decisões relativas aos investimentos que a prefeitura realiza na cidade, escolhendo suas prioridades e mantendo-se informados da forma como o dinheiro é investido nessas obras. Segundo o Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre, o DEMHAB, com o OP a política de moradia deixou de ser definida segundo os interesses do clientelismo ou da especulação imobiliária, e passou a expressar a vontade popular em sua busca por qualidade de vida.

#### **1. Introdução: Breve Histórico acerca da ocupação e política habitacional em Porto Alegre**

O problema habitacional de Porto Alegre é tão antigo quanto a data de fundação da cidade, mas começou a se tornar evidente por volta de 1890, quando o número fábricas e oficinas aumentavam rapidamente, sem que houvesse uma preocupação e sem que o município se desse atenção aos trabalhadores e suas famílias que não tinham onde se acomodar. Nessa época existia uma grande preocupação quanto a salubridade dos cortiços e vilas operárias por parte do governo, mas pouco se fazia para mudar a situação além de imposições, e taxações. Algumas administrações, como a do Intendente Alberto Bins em 1937, buscavam estabelecer melhorias no controle dos tributos da habitação, uma das maiores fontes de renda do governo na época, mas o problema da residência operária persistia e a construção de casas para os trabalhadores mais pareciam um sonho distante.

A partir da segunda metade do século XIX o espaço habitado de Porto Alegre passou por grandes transformações, os terrenos baldios e zonas mais afastadas da cidade passaram a ser tomadas por moradias de autoconstrução, onde viviam aquelas famílias com poucos recursos, que não podiam mais pagar aluguel, que acabavam sendo empurradas e excluídas para tais localidades. No início do século XX a questão habitacional em Porto Alegre se torna um problema central para a administração municipal, não somente pelo fato de que o imposto sobre a moradia era uma das

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de geografia da Universidade do Estado de Santa Catarina.

principais fontes de renda daquele governo, mas por se tratar de uma necessidade por uma definição de políticas públicas de gestão da qualidade de vida da população. Quase meio século depois o governo ainda tinha na habitação uma das suas principais “pedras no sapato”, para tanto o governo apostava no estímulo da autoconstrução de casas de madeira como forma de amenizar a questão social, sem ao menos considerar outros fatores como o problema dos baixos salários recebidos por essa população.

Durante a gestão de Getúlio Vargas surge uma nova política habitacional de abrangência nacional, mas que na verdade não tinha intervenção direta por parte do governo. Nesse período, por determinação do Governo Federal, são fundados os Institutos de Pensão, por meio dos quais foram construídas inúmeras casas e apartamentos para aluguel. Através dessa iniciativa foram construídos na capital gaúcha diversos conjuntos habitacionais como o conjunto IAPI, entre tantos outros. Em 1949 a Prefeitura Municipal de Porto Alegre cria um setor que seria o responsável exclusivamente pela habitação, o Serviço de Habitação Popular. Suas principais tarefas consistiam em organizar a venda de terrenos e erradicar as ‘malocas’ da área urbanizada, promovendo desapropriações e a construção de novos conjuntos habitacionais.

Foi a partir de 1965, através do projeto de lei nº 2.902, que foi instaurado o Departamento Municipal de habitação, o DEMHAB, que está em funcionamento até os dias de hoje e tem como principal função a construção de habitações de interesse social em substituição às subabitação pré existentes. O DEMHAB passa a ‘combater’ as moradias improvisadas, buscando alternativas como projetos financiados e organizados pelo BNH<sup>2</sup>. A partir de 1971 são removidas as primeira ‘malocas’ e inauguradas as primeiras 390 casas da Vila Restinga, localizada a 22 km do centro de Porto Alegre.

Um grande avanço na questão da gestão da política habitacional em Porto Alegre se deu a partir de 1989 com a implementação do Orçamento Participativo, que passava a envolver a participação popular, permitindo a reivindicação de suas prioridades, dentre elas a política habitacional. A partir dos anos 90 surgem na cidade as primeiras cooperativas habitacionais, em resultado ao processo do OP.

---

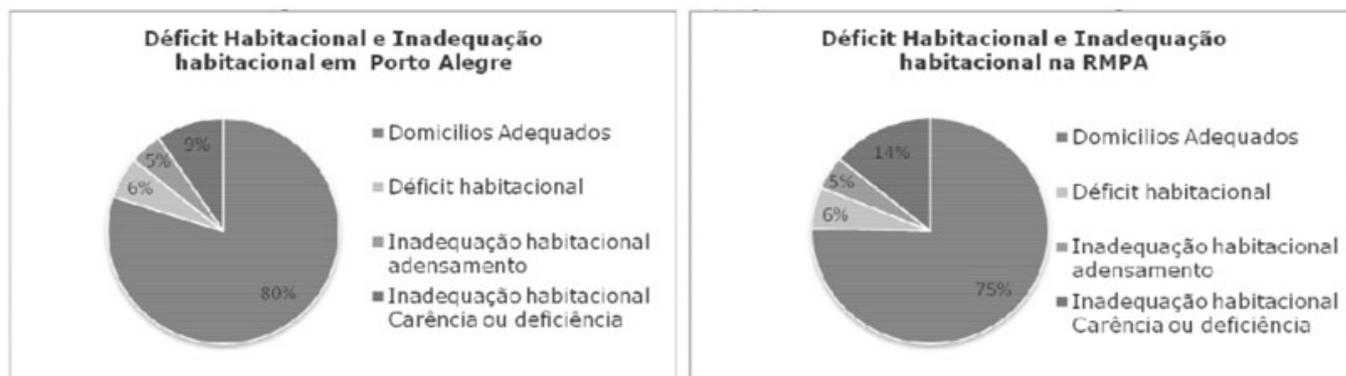
<sup>2</sup> O Banco Nacional da Habitação (BNH) foi um banco público brasileiro voltado ao financiamento e à produção de empreendimentos imobiliários. Criado em 1964 através da Lei 4.380, o BNH tinha por função a realização de operações de crédito - sobretudo de crédito imobiliário -, bem como a gestão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Era um banco de segunda linha, ou seja, não operava diretamente com o público, atuando por intermédio de bancos privados e/ou públicos, e de agentes promotores, tais como as companhias habitacionais e as companhias de água e esgoto.

A realização da 1ª Conferência Municipal de Habitação em 1997 marca o começo de um processo de avaliação e definição das diretrizes para a política habitacional na cidade. Já com a 2ª Conferência, no ano de 2001, são consolidados 12 anos de política habitacional de interesse social da cidade, propondo novas ações para a construção de um futuro para essas políticas. A criação do Ministério das Cidades, a partir de 2003, por iniciativa do Governo Federal, começa a se definir de forma mais consistente os rumos da política habitacional, bem como da gestão das cidades.

Diante dessa evolução, o DEMHAB, enquanto órgão gestor da política habitacional do município, trabalha hoje com diferentes programas e projetos patrocinados por recursos tanto municipais como federais. Programas esses que estão baseados em três eixos principais: o desenvolvimento urbano e ambiental, a inclusão social e a participação popular. O DEMHAB também busca proporcionar a população de baixa renda o acesso a serviços e equipamentos comunitários além das demais políticas públicas, trabalhando em conjunto com outros órgãos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Segundo o DEMHAB, nos últimos 15 anos, enquanto a população de Porto Alegre cresceu 1,06%, os assentamentos autoproduzidos (terminologia técnica para as vilas irregulares) aumentaram 2,1%. O Departamento calcula que, para resolver tal problema, seria necessário produzir 2.300 casas por ano, uma meta bem acima da média atual de cerca de 800 unidades ao ano. A situação das habitações na cidade está evidenciada no gráfico e tabela abaixo:

Figura 1: Déficit Habitacional e Inadequação habitacional em Porto Alegre e Região Metropolitana de Porto Alegre (Fonte: Plano Municipal de habitação de Interesse Social- DEMHAB)



Fonte: IBGE 2000, Elaboração FEE - RS

## DADOS GERAIS DE PORTO ALEGRE (2008)

Nº DE HABITANTES: 1.285.527 hab.
POPULAÇÃO EM NÚCLEOS E VILAS IRREGULARES (estimativa): 287.161 hab. Representando 22,34% da população da cidade
Nº DE DOMICÍLIOS (estimativa): 418.738 dom.
Nº DE NÚCLEOS E VILAS IRREGULARES: 469
Nº DE DOMICÍLIOS EM NÚCLEOS E VILAS IRREGULARES: 73.631 dom.
Nº DE DOMICÍLIOS QUE INTEGRAM O PRF (Plano de Regularização Fundiária): 35.308 dom. Representando 8,43% dos domicílios da cidade
PRODUÇÃO HABITACIONAL DO DEMHAB: 38.754 dom. Representando 9,25% dos domicílios da cidade
RECURSOS DESTINADOS PARA A HABITAÇÃO (1995 a 2001): R\$ 116.716.953,82
ÁREA DE PORTO ALEGRE: 47.627,4 há
ÁREA DE PROPRIEDADE DO DEMHAB :1.196,63 ha Representando 2,51% da área total da cidade
COOPERATIVAS HABITACIONAIS INSCRITAS NO DEMHAB: 62

A gestão da cidade de Porto Alegre esta hoje fundamentada na participação popular e na ampliação do conceito de cidadania, para que através destas se supere as dificuldades de moradia enfrentadas hoje. Uma das principais ferramentas para tanto está no Orçamento Participativo, onde a habitação tem sido priorizada entre as principais demandas desde o início do ciclo do OP, se tornando a principal temática dos últimos anos.

## **2. Habitação e participação popular: o Orçamento Participativo**

De acordo como DEMHAB em seu diagnóstico do setor habitacional realizado em 2009:

“A questão da moradia deve ser interpretada como um espaço de organização coletiva, de integração e de construção da cidadania, que oportunize a formação de laços de solidariedade e de identidade na produção da habitação e de seu entorno.” (DEMHAB, 2009).

É evidente na citação acima a opinião do órgão, o poder público isoladamente não será suficiente para sanar todos os problemas em relação ao acesso à habitação. Essa solução está justamente na união das forças do poder público com a participação efetiva da sociedade civil organizada.

Os investimentos na habitação de interesse social realizados pelo DEMHAB são definidos em um processo democrático e participativo. Desde as famílias beneficiadas até os empreendimentos construídos resultam de discussões populares realizadas em assembleias e fóruns regionais. Com sua decisão, o cidadão opta por empreendimentos construídos especialmente para atender às necessidades de sua comunidade.

Para tanto, uma das iniciativas implantadas em Porto Alegre foi o Orçamento Participativo, onde as comunidades e lideranças locais expressam suas prioridades e atuam no implemento de políticas públicas que satisfaçam essas demandas. A capital do Rio Grande do Sul foi pioneira na inovação nas formas de gestão administrativa, iniciando uma nova forma de gerenciamento de seu orçamento através do OP.

A experiência de Orçamento Participativo surgiu na capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, no ano de 1989, durante a gestão do prefeito Olívio Dutra do Partido dos Trabalhadores (PT). O OP pode ser considerado o resultado de anos de pressões por parte dos movimentos sociais populares, para que se desse a maior participação popular em decisões governamentais bem como maior transparência na administração de recursos públicos. Órgãos como a União das Associações de Moradores de Porto Alegre (UAMPA) participaram de discussões a respeito do planejamento do orçamento municipal desde 1986, entretanto o OP se diferencia justamente por ter inaugurado uma metodologia para a participação popular pudesse ser ampliada a população em sua totalidade.

Apesar de ter nascido a partir de uma iniciativa do governo municipal, o OP se instituiu como uma instituição autônoma e auto regulada, se organizando como um método de elaboração do orçamento público que envolve a participação da sociedade civil. As constantes lutas que acontecem no espaço de participação construído pelo OP se tornaram uma forma de afirmação e construção de interesses, identidades e projetos de grupos sociais. Através dessa experiência, ainda inacabada e em constante construção e transformação, Porto Alegre tem demonstrado ao mundo novas maneiras de tornar a gestão das políticas públicas mais democrática e participativa. Por ser um importante instrumento de participação popular, o OP é referência para o mundo.

Segundo a ONU, a experiência é uma das 40 melhores práticas de gestão pública urbana no mundo. O Banco Mundial reconhece o processo de participação popular de Porto Alegre como um exemplo bem-sucedido de ação comum entre Governo e sociedade civil.

### **3. Funcionamento geral do Orçamento Participativo**

Através do Orçamento Participativo, desenvolvido por mais de 20 anos, a cidade de Porto Alegre passou a ser considerada internacionalmente um exemplo de participação popular. Uma parcela significativa do seu orçamento é subordinada a um intenso processo de discussão e deliberação, no qual a população participa e decide sobre os projetos de investimento público da cidade. A experiência do OP em Porto Alegre, apesar de não ter sido a primeira experiência do tipo no Brasil, é tido por muitos autores como David Harvey, Cornelius Castoriadis e Marcelo Lopes de Souza como um exemplo a ser seguido no caminho da participação popular direta na elaboração do orçamento público. Segundo Souza: “[...] Porto Alegre representa de longe, a experiência mais ousada e mais consistente de orçamento participativo em andamento no Brasil.” (SOUZA, 2004, p.439).

O OP se organiza, atualmente, em 17 regiões, onde a discussão está dividida em 16 temas: habitação, saúde, educação, assistência social, cultura, esporte e lazer, desenvolvimento econômico, juventude, acessibilidade e mobilidade urbana, circulação, transporte e mobilidade urbana, saneamento básico, saneamento ambiental, pavimentação e iluminação pública.

O processo se inicia com reuniões preparatórias em todas as regiões, quando a prefeitura presta contas do ano anterior e apresenta um Plano de Investimentos e Serviços (PIS) para o ano seguinte. Durante essa etapa as secretarias municipais e demais autarquias acompanham as reuniões e prestam os esclarecimentos necessários acerca dos critérios que baseiam o processo e a viabilidade das demandas pretendidas.

O ciclo do OP é formado por três grandes momentos: as reuniões preparatórias, a Rodada Única de Assembléias Regionais e Temáticas e a Assembléia Municipal. As

reuniões preparatórias são reuniões de articulação, organização e preparação do OP nas regiões, microrregiões e temáticas, onde as pautas são assuntos como prestação de contas, apresentação do Plano de Investimento e Serviços, discussão das prioridades temáticas e critérios para chapa de conselheiros (as). Nas Assembléias Regionais e Temáticas a população elege as prioridades do município, elege seus conselheiros e define o número de delegados para os fóruns regionais e grupos de discussões temáticas. Já nas Assembléias Municipais acontece a posse dos novos conselheiros (as), a entrega da relação das obras e serviços a serem executados e a discussão de temas de caráter geral. Esse ciclo se dá do mês Março de um ano até Fevereiro do ano seguinte, quando o Conselho do Orçamento Participativo entra em recesso.

A participação da comunidade acontece de forma direta nas Plenárias Regionais e Temáticas e na Assembléia Municipal. E por representação nos Fóruns de Delegados e no Conselho do Orçamento Participativo, que também são compostos por comissões em áreas específicas (habitação, transporte, cultura, acompanhamento de obras, etc.). Atualmente todo o processo é coordenado pela Gerência do OP - Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local (SMCPGL), responsável pela política para as comunidades através dos Centros Administrativos Regionais e Gabinete de Programação Orçamentária, que elabora a Proposta Orçamentária a partir das demandas da comunidade.

### 3.1. Prioridades Temáticas e a priorização da questão da habitação

As prioridades definidas pelo OP passaram a ser sistematizadas a partir de 1992, a partir disso foi possível perceber que independente das regiões a temática habitação se tornou uma das principais prioridades de Porto Alegre conforme a tabela ao lado, elaborada pelo DEMHAB:

Essa priorização acontece através da demanda das comunidades, com base nos critérios definidos pelo Regimento

Prioridades das Demandas do OP em Porto Alegre de 1992 a 2007

OP	1ª Prioridade	2ª Prioridade	3ª Prioridade
2007	Habitação	Educação	Assistência Social
2006	Habitação	Educação	Saúde
2005	Habitação	Educação	Saúde
2004	Habitação	Social	Educação
2003	Habitação	Educação	Pavimentação
2002	Habitação	Educação	Pavimentação
2001	Pavimentação	Habitação	Saneamento Básico
2000	Habitação	Pavimentação	Saúde
1999	Saneamento Básico	Pavimentação	Habitação
1998	Pavimentação	Habitação	Saneamento Básico
1997	Habitação	Pavimentação	Saneamento Básico
1996	Pavimentação	Saneamento Básico	Habitação
1995	Pavimentação	Habitação	Saneamento Básico
1994	Habitação	Pavimentação	Saneamento Básico
1993	Saneamento Básico	Pavimentação	Habitação
1992	Saneamento Básico	Educação	Pavimentação

Fonte: PIs (1992-2007)

Interno do OP, que por sua vez delega a demanda e os recursos pertinentes sob a responsabilidade do Departamento Municipal de Habitação, o DEMHAB.



**Novo Loteamento Vila Chocolate** - Serão reassentadas 181 famílias cadastradas da Vila Chocolate. O Demhab está construindo as unidades habitacionais no loteamento situado na Avenida Protásio Alves, 9.099. Foto: Jonathan Heckler/PMPA

Uma das novas diretrizes proposta pelo DEMHAB está presente na forma como são realizados os reassentamentos, que no passado equivalia a remeter os moradores de vilas aos cantos mais distantes da cidade. Hoje um dos principais objetivos do Departamento em casos como este é manter as populações contempladas onde estão, melhorando sua qualidade de vida. Um caso recente está na Vila Planetário, uma antiga vila miserável situada numa área altamente valorizada, que hoje é um conjunto habitacional, onde está evidente que é possível conquistar dignidade, através da sua mobilização e da vontade política dos governantes.

#### **4. Considerações Finais**

Como incluir a participação popular nas decisões e criar lideranças comunitárias e discussões que sejam proveitosas em relação à gestão de políticas públicas municipais. A solução para este desafio tem sido para muitas prefeituras ao redor do mundo a adoção de um modelo de participação popular como o implantado em Porto Alegre. Nesse contexto o maior desafio, do ponto de vista democrático, está no surgimento de novas instituições que estimulem a participação direta e o exercício da cidadania por parte da população, para que o “muro” que separa o Estado da sociedade se torne menor e as pessoas se sintam parte do processo democrático. A participação popular, apesar de possuir práticas ainda restritas, servem de oportunidades para o exercício de uma vida mais democrática e cidadã.

Apesar de ainda possuir um déficit habitacional de cerca de 8%, Porto Alegre se mostra um município comprometido com a garantia do direito à moradia, com a oferta de equipamentos comunitários e urbanização de áreas ocupadas por populações de baixa renda através de órgãos como o DEMHAB. Contudo, todo esse avanço nas políticas habitacionais criados através do Orçamento Participativo bem como de outras políticas públicas, de acordo com estimativas do DEMHAB, provavelmente não serão suficientes para solucionar completamente os problemas habitacionais na cidade de Porto Alegre e região metropolitana. Cabe aos governos aumentar os investimentos e criar novas soluções para uma boa gestão das políticas públicas de habitação, uma questão determinante para o desenvolvimento local e regional.

## **5. Referências Bibliográficas**

DEMhAB. **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social**- Etapa II: Diagnóstico do Setor Habitacional de Porto Alegre- Prefeitura de Porto Alegre/ Departamento Municipal de Habitação.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade : uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas**. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 556 p.

<<http://www.pmhis-poa.com.br>>. Acesso em 29/6/2010

<[www2.portoalegre.rs.gov.br/op](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op)>. Acesso em 29/6/2010

### **Artigo 2:**

#### **ENSINO DA GEOGRAFIA: QUAL SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A VIDA?**

Oliveira, Elenice Rosa de

Segundo Thomas Kuhn (1999), paradigmas é um conjunto de crenças e práticas partilhadas por um grupo, são as realizações científicas que através de leis, teorias, aplicações e instrumentações tornam-se conceitos de um determinado campo de pesquisa, é através dos paradigmas que os conceitos são cristalizados. O ser humano precisa de paradigmas para construir o seu conhecimento.

A educação apresentou e apresenta a necessidade de tornar algumas teorias como paradigmas absolutos, porque dão a ilusão de uma maior confiabilidade. Esses paradigmas são compartilhados e levam determinados grupos as mesmas regras e

padrões para a prática científica. Essas cristalizações não deixam a educação avançar, pois sem diálogo não há avanço. Essas verdades tidas como absolutas no ensino não deixam que novas formas de pensar e agir sejam praticadas no dia a dia escolar.

Por que não aproveitar a experiência que tem os alunos de viver em áreas de cidades descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis do bem estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes. (FREIRE, 1996, p.30)

Deve-se perceber que o paradigma do professor falar e o aluno apenas ouvir, sem questionar, pode produzir cidadãos apáticos, sem opiniões próprias. Alguns professores não conseguem relacionar o conteúdo dado em sala de aula com a vida cotidiana, o que direciona a aprendizagem para repetições. “Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina (...)” de acordo com Freire (1996, p.30).

Segundo Freire, neste contexto deve-se ter a percepção de que o ensino é objeto de libertação, sem essa ferramenta base para cada indivíduo, não existe mudança social ou econômica. Todo indivíduo necessita de conhecimentos para desenvolver seu raciocínio, criatividade e pensamento crítico. Dessa forma o ensino se torna propulsor de mudanças sociais. “(...) O ensino de geografia pode levar os alunos a compreenderem de forma mais ampla a realidade, possibilitando que nela interfiram de maneira mais consciente e prepositiva.” (MEC, 1999<sup>a</sup>, p. 108, apud DI MAIO, 2004, p.8). A geografia é uma disciplina que deve trabalhar com a realidade social e política para que o aluno tenha uma visão do mundo que o cerca e através disso consiga formar sua própria opinião. Deve-se lembrar que para que isso ocorra é necessário que entre professor e aluno haja uma transferência mútua do saber, num um nem outro devem ser tomados como sujeitos do saber, donos da verdade absoluta. O professor deve dar sua visão ou opinião de mundo, mas deve trazer debates com opiniões diferentes para que o aluno desenvolva seu pensamento e possa trabalhar com as diferentes visões podendo argumentar e raciocinar sobre determinados temas.

O ensino da Geografia que reproduz uma realidade estereotipada, que não tem uma ligação com a realidade social e cultural de cada aluno acaba se tornando obsoleto. Há a necessidade de que o aluno compreenda e aplique no seu cotidiano os conceitos básicos, para que esta disciplina não se torne vítima do saber, mas do compreender. Os excessivos conceitos fazem com que a disciplina não tenha uma percepção do espaço.

Essa percepção é importante para se entender e melhorar as relações entre os homens e entre estes e a natureza. Para que isto ocorra é necessário que o estudo geográfico seja feito de acordo com as transformações cotidianas, e não apenas com conceitos tornando-se um estudo estático. Não afirma-se que os conceitos não sejam importantes, mas que estes devem ser trabalhados dentro das realidades vivenciadas pelos alunos.

A preocupação da Geografia de conscientizar as crianças e jovens sobre o que acontece ao seu redor torna essa disciplina essencial na contribuição para a vida dos educandos. Assim refletir sobre os conteúdos e instrumentos utilizados no ensino torna-se de fundamental importância.

(...) é fundamental que a escola se preocupe com a formação dos alunos para o mundo ocupacional, não na forma de ensino vocacional ou profissionalizante, mas por meio de conteúdos que explique o mundo e lhes dê oportunidades de adquirir capacidades para lidar com ele. (MEC, 1999<sup>a</sup>, p.95, apud DI MAIO, 2004, p.2)

Uma das formas mais usadas de se ensinar geografia em sala de aula é através do livro didático. O educador que utilizar esse método teve estar ciente de que o livro didático é uma releitura do mundo, nem sempre é crítico e às vezes é tendencioso, deve-se levar em conta que quem o elabora tem suas próprias opiniões. Mas nem por isso pode-se deixar de crer no conhecimento que ele traz até nós, apenas deve-se discutir essas idéias para que se favoreça a formação de cidadãos críticos, que tenha sua própria maneira de ver o que o cerca social e economicamente.

Aos educandos deve-se mostrar que a realidade está ligada com a biologia, com a geografia, com a matemática, etc., que a escola é algo que vai servir pra vida, não apenas para se ter um diploma. Aos educadores cabe o desafio de que não se formem mais analfabetos sociais.

Para finalizar, não basta bons *slogans* de como melhorar a qualidade da educação, há a necessidade de transformadores e críticos que percebam sua importância como educadores e revolucionários da educação.

## REFERÊNCIAS

Carlos, Fani Alessandri Carlos (org). **A geografia na sala de aula**. São Paulo, Contexto, 1999. 144p.

DI MAIO, Angelina Carvalho. **Geotecnologias digitais no Ensino Médio**. 2004. 188f. Tese (Doutorado pela Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e de Ciências Exatas), Rio Claro, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 148p.

VESENTINI, José Willian. Educação e ensino de geografia: instrumento de dominação e/ ou libertação. In: CARLOS, Fani Alessandri Carlos (org). **A geografia da sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 14-33.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. 257p.

### **Relato de Intercâmbio**

Por Marcela Gonçalves Werustky

Durante o segundo semestre de 2011 eu, enquanto aluna do curso de Geografia da UDESC, participei de um intercâmbio acadêmico com a Bridgewater State University na cidade de Bridgewater nos EUA. Ter sido bolsista do PET por quase três anos me ajudou bastante na hora de montar a candidatura para o intercâmbio, correr atrás de todos os documentos e saber os caminhos dentro da UDESC entre outras coisas que me foi exigido durante esse processo, que acabou sendo mais tranquilo do que esperava. Durante o tempo que estudei lá cursei disciplinas que não contaram somente como créditos no meu currículo, mas uma experiência de vida maravilhosa. Ser estudante universitário nos Estados Unidos é uma experiência bastante diferente do que estamos acostumados no Brasil, não somente pela estrutura física enorme e moderna que a maioria das universidades tem, mas também pela forma como as disciplinas são ministradas pelos professores. Eles incentivam a discussão e a participação constante dos alunos nas aulas, além cobrar leituras e pequenas tarefas entre uma semana e outra. Apesar de não ter tido nenhuma saída de campo a Universidade me proporcionou conhecer diversas cidades da região com paisagens e aspectos físicos bem diferentes do que normalmente encontramos no Brasil. Em todos os lugares que estive fui muito bem recebida, a Bridgewater State University se prepara muito bem para receber os alunos estrangeiros e com certeza fez com que todos nós nos sentíssemos acolhidos e mais tranquilos. Também percebi um grande carinho que os funcionários e professores tem pelos ex-alunos da UDESC que estiveram em Bridgewater antes de mim, todos se lembram desses colegas como alunos esforçados e dedicados e acredito que todos nós que estudamos lá deixamos uma imagem positiva da nossa Universidade e do nosso país. Recomendo que todos os alunos que tiverem interesse em estudar em outro país procurem a Secretaria de Cooperação Interinstitucional e Internacional da UDESC, no prédio da reitoria do campus do Itacorubi e conheçam as oportunidades disponíveis, o processo pode ser longo e um pouco trabalhoso mas se dúvida nenhuma, vale a pena!



## PET-Indica

(sugestão de filmes, livros, etc)

Por Marcela Gonçalves Werustky

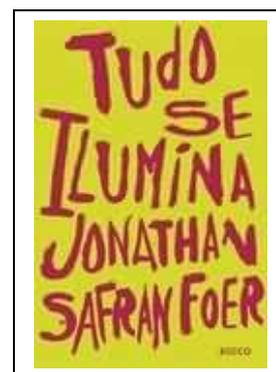
### TUDO SE ILUMINA<sup>1</sup>

**Formato:** Livro

**Autor:** Foer, Jonathan Safran

**Editora:** Rocco

**Assunto:** Literatura Estrangeira



### Sinopse:

O jovem escritor deste romance é judeu e sempre quis saber detalhes da história de seu avô, um ucraniano que teve toda a sua família assassinada pelos nazistas e só escapou da morte graças à ajuda de uma certa Augustine, que o teria escondido dos alemães. Obcecado pela origem de sua família, o rapaz foi à Ucrânia tentar descobrir o paradeiro daquela mulher. Ele não tinha informação alguma para lhe servir de guia, sabia apenas que seu avô era de Trachimbrod, uma pequena aldeia judaica. Fora isso, ele contava com uma fotografia antiga que supostamente mostrava Augustine e seus parentes. 'Tudo

se Ilumina' é construído sobre três narrativas completamente diferentes, que seguem paralelas e entremeadas. Alguns capítulos mostram Jonathan Safran Foer, personagem fictício homônimo do autor, em sua viagem à Ucrânia em busca de Augustine. Outros capítulos são páginas do livro de não-ficção escrito pelo personagem, contando a história de sua família desde o nascimento da aldeia Trachimbrod, no século XVII, até sua viagem de pesquisa ao local. A terceira narrativa é composta por cartas de Alexander Perchov, em que ele comenta o que já leu do tal livro, dá dicas ao autor e relembra os momentos que passaram juntos.

<sup>1</sup>Informações retiradas do endereço eletrônico: <http://www.livrariacultura.com.br/scripts/resenha/resenha.asp?nitem=3180649&sid=200191013142148419983318>

## HISTÓRIAS CRUZADAS<sup>2</sup>

**Formato:** Filme

**Diretor:** Tate Taylor

**Roteiro:** Tate Taylor, baseado na obra de Kathryn Stockett



### Sinopse:

Mississipi, década de 1960. Skeeter (Emma Stone) acabou de terminar a faculdade e sonha em ser escritora. Ela põe a cidade de cabeça para baixo quando decide pesquisar e entrevistar mulheres negras que sempre cuidaram das "famílias do sul". Apesar da confusão causada, Skeeter consegue o apoio de Aibileen (Viola Davis), governanta de um amigo, que conquista a confiança de outras mulheres que têm muito o que contar. No entanto, relações são forjadas e irmandades surgem em meio à necessidade que muitos têm a dizer, antes da mudança dos tempos atingir a todos.

<sup>2</sup> Informações retiradas do endereço eletrônico: <http://www.cineclick.com.br/filmes/ficha/nomefilme/historias-cruzadas/id/17333>

## Eventos

### **I Simpósio Internacional sobre Território e Promoção da Saúde**

Uberlândia/MG - 7, 8 e 9 de Março de 2012

Informações: <http://isips.blogspot.com/>

### **6º Coloquio Geográfico sobre América Latina Facultad de Humanidades, Artes y Ciencias Sociales**

Paraná – 14, 15, 16 e 17 de março de 2012

Informações: [infomesvicoloquio@uader.edu.ar](mailto:infomesvicoloquio@uader.edu.ar)

### **V Seminário Estadual de Estudos Territoriais - Geterr - Grupo de Estudos Territoriais Da Unioeste**

Campus Francisco Beltrão/PR – 18 e 19 de abril de 2012  
Informações: <http://www.vseet.tk/>

**I Seminário Nacional de Geoecologia e Planejamento Territorial e IV Seminário Geoplan**

Campus de São Cristóvão da Universidade Federal de Sergipe – 11, 12 e 13 de abril de 2012

Informações: <http://www.geoplan.net.br/index.html>

**XII Colóquio Internacional de Geocrítica**

Bogotá - 7, 8, 9, 10 e 11 de maio de 2012

Informações: [http://www.ub.edu/geocrit/XII\\_ColGeoc2011\\_prog.htm](http://www.ub.edu/geocrit/XII_ColGeoc2011_prog.htm)

**II Simpósio Nacional Marxismo Libertário - Lutas de Classes e Contemporaneidade**

Goiânia/GO – 09, 10 e 11/05/2012

Informações: <http://simposionpm.teoros.net/apresenta2012.html>

**IX SIMGEO: Simpósio de Geografia Vale do Paranaíba - Universidade Estadual de Goiás (UEG)**

Campus de Quirinópolis/GO – 24, 25, 26 e 27 de maio de 2012

**5º Encontro da Rede de Estudos Rurais**

Campus da Universidade Federal do Pará, em Belém – 03, 04, 05 e 06 de junho de 2012

Informações: <http://rederural5.wordpress.com/>

**VIII Seminário do Trabalho - UNESP - Trabalho, Educação e Políticas Sociais**

Marília-SP - 25, 26, 27 e 28 de Junho de 2012

**RIO+20**

Rio de Janeiro, 20, 21 e 22 Junho 2012

Informações: <http://www.uncsd2012.org/rio20/>

**4ª Reunião Anual da SBPC**

De 22 a 27 de julho de 2012

Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís (MA)

Informações: <http://www.sbpcnet.org.br/saoluis/home/>

**XIII WORLD Congress of Rural Sociology–IRSA**

Lisboa (Portugal), 29 de julho a 04 de agosto de 2012 –Prazo para inscrição de Grupos de Trabalho: 15/06/2011

Informações: <http://irsa2012.com/event/irsa-2012/>

**XVII Encontro Nacional de Geógrafos**

Em Belo Horizonte, no mês de julho de 2012

Não há informação sobre a data do evento ainda.

15 a 19 de outubro de 2012

**XXI ENGA – Encontro Nacional de Geografia Agrária**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Envio de trabalhos completos de 01 de abril a 15 de junho de 2012.